

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer Atuarial e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.
A Companhia atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas.

No exercício de 2014 a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 6.678,2 milhões e lucro líquido de R\$ 1.281,8 milhões, representando, respectivamente, incrementos de 21,5% e de 50,4% sobre os resultados do ano anterior.

No exercício, os Acionistas deliberaram o pagamento de dividendos no total de R\$ 979,7 milhões, em Assembleias Gerais Extraordinárias e Ordinárias, realizadas em 20 de janeiro, 31 de março, 29 de agosto e 29 de dezembro de 2014.

Em atendimento à Circular SUSEP 483/14, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o

vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1.603,0 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos.
Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
Circulante	5.449.608	4.119.618	Circulante	5.518.680	4.391.761
Disponível	64.616	195.842	Contas a pagar	500.089	267.543
Caixa e bancos	5	64.616	Obrigações a pagar	13	68.370
Equivalentes de caixa	68.163	65.155	Impostos e encargos sociais a recolher	13.487	8.718
Aplicações	2.248.700	1.483.560	Encargos trabalhistas	7.314	8.296
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.603.347	1.304.891	Impostos e contribuições	14	410.918
Prêmios a receber	8	1.188.537	Débitos de operações com seguros e resseguros	1.543.694	1.247.808
Operações com seguradoras	6.741	6.260	Dêbitos a restituir	21.606	3.448
Operações com resseguradoras	9	408.069	Operações com seguradoras	257	257
Outros créditos operacionais	28a	132.967	Operações com resseguradoras	97	719.374
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9	328.312	Corretores de seguros e resseguros	15	706.872
Títulos e créditos a receber	413.767	374.002	Outros débitos operacionais	16	93.326
Títulos e créditos a receber	10a	378.129	Depósitos de terceiros	17	3.796.051
Créditos tributários e previdenciários	25b	388	Provisões técnicas - seguros	18	12.878.851
Outros créditos	10b	35.250	Danos	1	1.217.826
Outros valores e bens	7	15.419	Pessoas	2	2.079.025
Bens a venda	9	7	Passivo não circulante	3.645.493	2.710.348
Despesas antecipadas	9.704	4.843	Provisões técnicas - seguros	18	3.060.168
Custos de aquisição diferidos	18	580.025	Danos	112	875
Seguros	580.025	447.239	Pessoas	112	875
Ativo não circulante	5.264.417	4.234.550	Outros débitos	285.325	549.130
Realizável a longo prazo	5.197.108	4.188.774	Provisões judiciais	23	585.325
Aplicações	6	2.269.810	Patrimônio líquido	2.159.852	1.252.059
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.146.670	743.682	Capital social	380.482	380.482
Prêmios a receber	8	1.146.670	Reservas de capital	146.645	146.645
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9	21.838	Reservas de lucros	1.034.363	732.303
Títulos e créditos a receber	975.543	929.612	Ajustes com títulos e valores mobiliários	(11.638)	(7.371)
Créditos tributários e previdenciários	25b	275.575			
Depósitos judiciais e fiscais	22	699.968			
Custos de aquisição diferidos	18	783.247	Total do passivo	10.714.025	8.354.168
Seguros	783.247	522.622			
Investimento	6.286	5.930			
Participações societárias	6.281	5.925			
Outros investimentos	5	5			
Imobilizado	11	12.685	Total do ativo	10.714.025	8.354.168
Imóveis de uso próprio	11	1.292			
Bens móveis	11	11.277			
Outras imobilizações	11	116			
Intangível	12	48.338			
Outros intangíveis	12	48.338			
Total do ativo	10.714.025	8.354.168			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2012	Reservas de lucros					Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	(-) Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros			
380.482	380.482	-	146.645	76.096	372.510	-	-	974.565
Criação da reserva de investimentos - AGOE de 28 de março de 2013	-	-	-	-	(259.510)	-	-	-
Cancelamento de 4.619 ações preferenciais - AGOE de 28 de março de 2013	-	8.751	-	-	259.510	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(8.751)	(14.954)	-	(14.954)
Dividendos pagos - AGOE de 28 de março de 2013	-	-	-	-	(113.000)	-	-	(113.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	852.148	852.148
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos - AGOE de 26 de junho de 2013	-	-	-	-	(71.300)	-	-	(71.300)
Dividendos pagos - AGE de 28 de novembro de 2013	-	-	-	-	(179.458)	-	(165,942)	(345,400)
Dividendos pagos - AGE de 20 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	(30,000)	(30,000)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	(656,206)	(656,206)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	380.482	-	146.645	76.096	656.207	(7.371)	-	1.252.059
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(78.400)	(4.267)	-	(4.267)
Dividendos pagos - AGE de 31 de janeiro de 2014	-	-	-	-	(275,000)	-	-	(275,000)
Dividendos pagos - AGOE de 21 de março de 2014	-	-	-	-	(302,806)	-	-	(302,806)
Dividendos pagos - AGE de 29 de agosto de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.281.760	1.281.760
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos - AGE de 29 de agosto de 2014	-	-	-	-	-	-	(86,194)	(86,194)
Dividendos pagos - AGE de 29 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	(237,300)	(237,300)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	-	(958,266)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	380.482	-	146.645	76.096	958.267	(11.638)	-	1.549.852

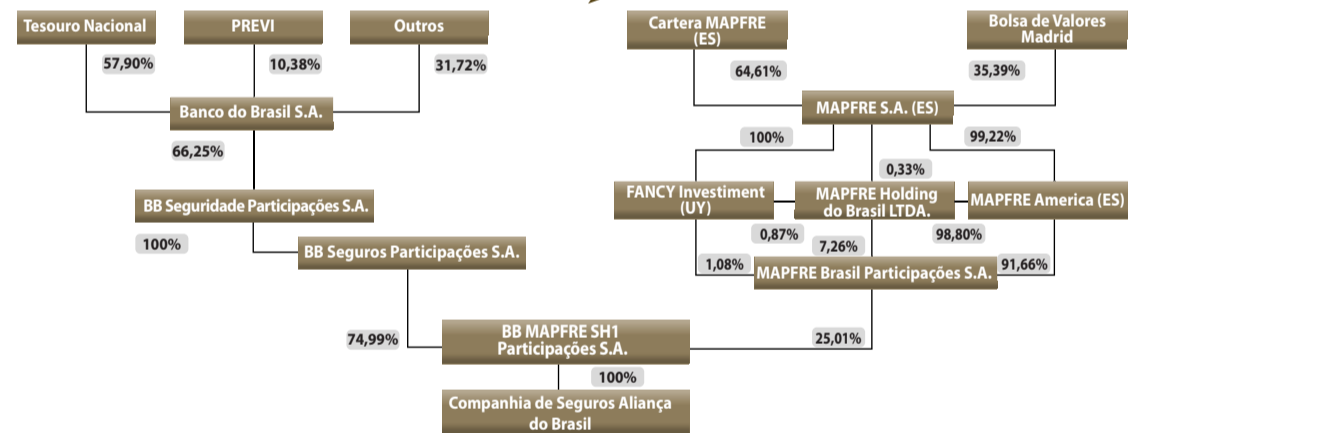
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil (doravante referida também como "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - (SUSEP) a operar em todos os ramos de seguros e em todo o território nacional e atua com os ramos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 28.196.889/0001-43. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 26. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BBMAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (doravante designada por "SH1"), sociedade anônima que tem por objeto exclusivo, nos termos da legislação em vigor, a

participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP e em sociedades com participação exclusiva em sociedades supervisionadas pela SUSEP. A SH1 é acionista em companhias de seguros que atuam nos ramos de seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), exceto quando comercializados por meio dos canais *affinity*. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (doravante designada por "SH2"), sociedade anônima que tem por objeto exclusivo, nos termos da legislação em vigor, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP e em sociedades com participação exclusiva em sociedades supervisionadas pela SUSEP. A SH2 é acionista em companhias que desenvolvem atividades relacionadas a operações nos ramos de *i*, seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e *ii*, seguros agrícolas, penhor rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral (incluindo, mas não se limitando, os seguros de Vida Individual em todas as suas modalidades, inclusive com taxa nivelada ou taxa por idade e, excluindo seguros dotais, VGBL, VAGP e VRGP), quando comercializados pelos canais *affinity*. Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 483/14, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Companhia. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2015. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **Nota 3g** - Classificação dos contratos de seguro; **Nota 6** - Aplicações; **Notas 18, 3k e 3m** - Provisões técnicas e teste de adequação de passivos; **Nota 8** - Provisão de crédito de liquidação duvidosa; **Nota 21** - Provisão de sinistro a liquidar judicial; **Nota 22** - Provisões judiciais; e **Nota 25b** - Ativos e passivos diferidos. **d) Separação entre circulante e não circulante circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e, por exemplo, associados às emissões de prêmios dos produtos do ramo de seguros de vida, a emissão de derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de

aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável efetivamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente ao valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros e resseguros:* A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber diretos, líquidos de resseguro, coseguro e imposto sobre operações financeiras (IOF), considerando a probabilidade de cancelamento por inadimplência. Para as operações com resseguradores o estudo leva em consideração o total dos créditos com data de origem superior há 365 dias e aplicação de fator de ponderação calculado de acordo com o *rating* do ressegurador. As operações com IRB Brasil Resseguros S.A. e MAPFRE Re do Brasil Companhia de Resseguros não são consideradas no estudo, visto que a Companhia não tem histórico de risco de perda com esses resseguradores. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11. **f) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, aplicadas, sendo reconhecidas de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas, que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador na provisão técnica constituída. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **g) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos a: comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. **h) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em conformância com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo inicial de contratação está descrito em Nota Técnica Atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas a contratação e o prêmio ganho. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). Em decorrência, a PCC foi constituída para o produto Ouro Vida Revisado - OVR, que é uma Apólice de Vida em Grupo, comercializada de 1998 a 2001, com renovação anual automática e sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados e com cobertura de invalidez permanente por doença (IPD). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET), é constituída, para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de coseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do IBNER (Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros que, anteriormente, eram abrangidos pela PSL e IBNR. A PDR abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agregada.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2014	2013
Prêmios emitidos líquidos	6.678.150	5.496.029
(+/-) Variações de provisões técnicas	(1.156.537)	(1.586.229)
(-) Prêmios ganhos	24a	5.521.613
(+) Receita com emissão de apólice	5.859	5.909
(-) Sinistros ocorridos	24c	(1.707.214)
(-) Custos de aquisição	24d	(1.343.716)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	24e	(306.342)
(+/-) Resultado antes do resseguro	24f	(174.789)
(+) Receita com resseguro	24g	(107.800)
(-) Despesa com resseguro	24h	(582.590)
(-) Despesas administrativas	24i	(252.327)
(-) Despesas com tributos	24j	(169.039)
(+) Resultado financeiro	24k	363.344
(+) Receita financeira	24l	484.723
(-) Despesa financeira	24m	(121.379)
(-) Resultado patrimonial	24n	469
(-) Resultado operacional	1.940.584	1.226.006
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(44)	(2)
(-) Resultado antes dos impostos e participações	(-) Imposto de renda	25a
(-) Contribuição social	25a	(352.894)
(-) Participações sobre o resultado	25a	(295.684)
(-) Lucro líquido do exercício	1.281.760	852.148
(-) Quantidade de ações	600.619	640.619
(v) Lucro líquido por ação	2.000.811	1.330.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	1.281.760	852.148
Outros resultados abrangentes	(4.267)	(14.954)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(7.112)	(24.923)
Resultado de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	2.845	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo análise estratégica dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a Companhia conta com os seguintes comitês:

- Comitê financeiro:** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.
- Comitê de riscos e controles internos:** Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas como Grupo, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.
- Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
- Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo e um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Risco de subscrição: A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de natureza onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimado, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor será a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorrerá para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que possuam rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado advindo de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias significativas elevadas.

Concentração de riscos: As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)					Líquido de resseguro (*)										
	Demais	Rural	Vida	Total	%	Demais	Rural	Vida	Total	%						
Centro-Oeste	31.652	426.718	7%	684.508	11%	1.142.878	18%	27.144	0%	278.849	5%	683.776	11%	989.769	16%	
Nordeste	23.720	133.451	2%	781.964	12%	939.135	14%	20.411	0%	97.552	2%	781.877	13%	899.840	15%	
Norte	6.960	57.407	1%	239.784	4%	304.151	5%	6.021	0%	49.787	1%	239.755	4%	295.563	5%	
Sudeste	77.914	439.264	7%	2.082.704	32%	2.599.882	40%	59.455	1%	349.876	6%	2.074.622	35%	2.483.953	42%	
Sul	32.809	679.270	10%	787.586	12%	1.499.665	23%	28.236	1%	478.879	8%	787.458	13%	1.294.573	22%	
Total	173.055	2%	1.736.110	27%	4.576.546	71%	6.485.711	100%	141.267	2%	1.254.943	22%	4.567.488	76%	5.963.698	100%

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT respectivamente no montante de R\$ 42.537 e R\$ 114.902 (R\$ 99.115 e R\$ 96.058 em 2013).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e da incerteza que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo:

- a) Provisões técnicas:** i. Provisão de IBNR (a1): Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e o consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 15,28% nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. ii. Provisão Complementar de Cobertura PCC (a.2): para produto OVR - Ouro Vida Revisado foi utilizada a seguinte variabilidade nas premissas:

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)					Líquido de resseguro (*)										
	Demais	Rural	Vida	Total	%	Demais	Rural	Vida	Total	%						
Centro-Oeste	21.644	365.704	7%	561.292	11%	948.640	18%	15.492	0%	215.512	5%	560.572	12%	791.576	17%	
Nordeste	17.397	0%	89.242	2%	671.153	13%	777.792	15%	10.930	0%	61.590	1%	671.040	14%	743.560	15%
Norte	4.993	0%	35.311	1%	193.376	4%	233.680	5%	3.304	0%	30.054	1%	193.296	4%	226.654	5%
Sudeste	62.649	1%	351.738	7%	1.708.944	31%	2.122.841	40%	46.304	1%	262.550	5%	1.704.281	36%	2.014.213	43%
Sul	25.171	10%	565.880	10%	626.852	12%	1.117.903	22%	15.507	0%	376.962	8%	627.219	13%	1.019.688	21%
Total	131.854	2%	1.407.875	27%	3.761.127	71%	5.300.856	100%	91.615	1%	947.668	20%	3.756.408	79%	4.795.691	100%

b) Sinistralidade: Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Total	Sensibilidade	Impacto no resultado/PL (Bruto de impostos)	Impacto no resultado/PL (Bruto de impostos)
a. Provisões Técnicas		Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(171.882)	(156.260)
a1. IBNR	Aumento	Coefficiente de variação dos fatores de IBNR	(31.090)	(15.259)
	Aumento	Agravo de 5% na tabela de mortalidade	(29.955)	(31.885)
a2. PCC	Redução	Redução de 1% na taxa de desconto da PCC	(110.837)	(109.116)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(64.972)	(48.923)

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento;
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as aplicações não canceladas; e
- Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores e resseguradores.

Exposição ao risco de crédito de seguro: A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos Massificados. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros foi considerado o rating da MAPFRE RE da Espanha.

Rating	2014				2013			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
AA	-	-	-	-	-	-	6.922	6.922
AA -	-	-	-	-	-	404	201	605
A +	-	-	-	-	-	76.836	-	76.836
A	-	239.604	-	239.604	226.213	-	-	226.213
A -	-	-	282.409	282.409	135.687	58.902	-	194.589
Total	282.409	239.604	282.409	522.013	361.900	136.142	7.123	505.165

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes em relação a classificação de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. **Gerenciamento do risco de crédito:** Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com raras exceções, no caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição, conforme demonstrado no quadro abaixo, em 31 de dezembro de 2014:

Ativos financeiros - Rating (***)	2014					2013				
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	BBB-	BB+	s/rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	3.920.944	-	-	-	-	-	-	-	-	3.920.944
Certificados de depósito bancário (CDB)	24.827	-	-	13.962	-	-	-	-	-	24.827
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE) (**)	14.031	-	-	-	-	-	-	13.977	-	41.970
Debêntures	47.273	57.405	72.759	3.261	10.461	5.201	5.281	-	-	201.644
Letras financeiras	93.484	-	107.766	-	46.412	-	-	-	-	247.662
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	48.887	-	-	-	-	-	-	-	-	48.887
Notas promissórias	-	32.509	-	-	-	-	-	-	-	32.509
Outros	-	-	-	-	-	-	-	70	70	70
Total	4.149.446	89.914	180.525	17.223	56.873	5.201	5.281	13.977	70	4.518.510

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 129.229 com lastro em títulos públicos. (***) A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). (***) A agência FIT Ratings foi utilizada como referência para a conversão da nota do grau de investimento. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de uma Companhia liquidar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os procedimentos para gestão de liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a ser aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento de risco de liquidez é realizado pela Diretoria de Administração, Financeira e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

Disponível	2014			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Equivalentes de caixa	64.616	-	-	64.616
Aplicações (*) (***)	68.163	-	-	68.163
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.592.233	1.875.523	887.432	4.355.188
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	1.603.347	1.146.670	-	2.750.017
Outros créditos operacionais	158.164	165.540	26.446	350.150
Títulos e créditos a receber (**)	132.967	-	-	132.967
Outros valores e bens	413.379	-	-	413.379
Despesas antecipadas	7	-	-	7
Custos de aquisição diferidos	9.704	-	-	9.704
Outros ativos	580.025	-	-	1.363.272
Total ativo	4.622.605	3.971.050	913.878	9.507.533
Provisões técnicas (*) (***)	2.298.448	3.172.047	805.054	6.275.549
Contas a pagar	500.089	-	-	500.089
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.543.694	-	-	1.543.694
Depósitos de terceiros	178.046	-	-	178.046
Total passivo	4.520.277	3.172.047	805.054	8.497.378

Disponível	2014			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Equivalentes de caixa	195.842	-	-	195.842
Aplicações (*) (***)	65.155	-	-	65.155
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.804.891	1.875.622	801.305	3.481.818
Ativos de resseguro - provisões técnicas (**)	1.374.433	1.688.525	35.171	3.142.129
Outros créditos operacionais	19.472	-	-	19.472
Títulos e créditos a receber (**)	273.591	-	-	273.591
Outros valores e bens	9	-	-	9
Despesas antecipadas	4.843	-	-	4.843
Custos de aquisição diferidos	447.239	522.622	-	969.861
Outros ativos	-	70	-	70
Total ativo	3.129.486	3.310.521	836.476	7.276.483
Provisões técnicas (*) (***)	1.869.065	2.157.878	765.646	4.792.589
Contas a pagar	267.543	-	-	267.543
Depósitos de terceiros	1.247.808	-	-	1.247.808
Depósitos de terceiros	143.195	-	-	143.195
Total passivo	3.527.611	2.157.878	765.646	6.451.135

(*) Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, nos valores de R\$ 163.252 em 2014 (R\$ 101.886 em 2013) e R\$ 81.470 em 2014 (R\$ 101.844 em 2013), não foram classificados no quadro acima por não estarem sob gestão da Administração. (***) Os ativos relacionados a depósitos judiciais e provisões judiciais respectivamente, no valor de R\$ 699.968 (R\$ 655.478 em 2013), e R\$ 585.325 (R\$ 549.130 em 2013) não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 275.963 (R\$ 274.545 em 2013) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerada a experiência histórica observada do padrão de pagamento. (***) As aplicações financeiras foram alocadas entre as faixas considerando o vencimento dos títulos. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e prazos de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de Value at Risk (VaR). Diariamente a Diretoria de Administração, Finanças e Marketing a BB-DTVM acompanham o resultado do VaR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 10.398 (R\$ 5.468 em 31 de dezembro de 2013). Em 31 de dezembro de 2014, as posições que mais contribuíram, em termos de risco, foram as relacionadas aos papéis indexados a índices de investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade, são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros e ii. cupons de título indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos-base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Companhia não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível a variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatos antes do seu vencimento. Do total de R\$ 4.518.510 (R\$ 3.459.894 em 2013) de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 1.602.951 (R\$ 1.691.701 em 2013) foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento", R\$ 163.252 (R\$ 101.887 em 2013) relativos à posição de DPVAT e R\$ 70 (R\$ 70 em 2013) de outros investimentos. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 2.752.237 (R\$ 1.666.236 em 2013).

Fator de risco	2014		2013	
	Impacto no Patrimônio Líquido (Bruto de impostos)	Impacto no Patrimônio Líquido (Bruto de impostos)	Impacto no Patrimônio Líquido (Bruto de impostos)	Impacto no Patrimônio Líquido (Bruto de impostos)
Taxa de juros	-	-	-	-
Taxa de elevação de taxas	(23.433)	-	(17.412)	-
redução de taxas	26.947	-	17.944	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

d) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A (BB-DTVM). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A gestão e o valor dos títulos DPVAT, é informado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia. **e) Hierarquia de valor justo:** Os diferentes níveis foram definidos com se segue: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: Quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis ou não conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

	2014			2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor por meio do resultado						
Fundos de investimentos	1.699.490		1.699.490	999.114	63.127	1.062.241
Operações compromissadas	129.229	-	129.229	149.297	-	149.297
Letras do tesouro nacional (LTN)	503.440	-	503.440	445.454	-	445.454
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	18.365	-	18.365	168.244	-	168.244
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	135.339	-	135.339	134.614	-	134.614
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	-	-	-	63.127	63.127
Quotas de fundo DPVAT	163.252	-	163.252	101.887	-	101.887
Fundos não exclusivos	750.277	-	750.277	-	-	-
Caixa/ajuste DI	(412)	-	(412)	(382)	-	(382)
Carteira administrada		48.887	48.887	80	66.892	66.972
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	-	48.887	48.887	-	66.892	66.892
Opções café	-	-	-	3	-	3
Opções soja	-	-	-	67	-	67
Opções milho	-	-	-	3	-	3
Opções dólar	-	-	-	7	-	7
Total	1.699.490	48.887	1.748.377	999.194	130.019	1.129.213

	2014			2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Disponíveis para venda						
Carteira administrada	618.503	548.609	1.167.112	192.642	446.268	638.910
Letras financeiras	-	247.662	247.662	-	154.691	154.691
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	610.660	-	610.660	192.642	-	192.642
Letras do tesouro nacional (LTN)	7.843	-	7.843	-	-	-
Debêntures	-	201.641	201.641	-	197.377	197.377
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	24.827	24.827	-	22.296	22.296
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	41.970	41.970	-	71.904	71.904
Notas promissórias	-	32.509	32.509	-	-	-
Total	618.503	548.609	1.167.112	192.642	446.268	638.910

	2014			2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos mantidos até o vencimento						
Fundo de investimento	1.498.756		1.498.756	1.451.113		1.451.113
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	384.169	-	384.169	538.309	-	538.309
Letras do tesouro nacional (LTN)	115.183	-	115.183	133.559	-	133.559
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	999.404	-	999.404	779.245	-	779.245
Carteira administrada	60.281		60.281	93.864		93.864
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	60.281	-	60.281	93.864	-	93.864
Total	1.559.037		1.559.037	1.544.977		1.544.977
Outras aplicações	70		70	70		70
Total carteira	3.877.100	597.496	4.474.596	2.736.883	576.287	3.313.170

Não houve transferências de ativos entre Níveis no período.

f) Taxa de juros contratada

	2014		2013	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
NTN-F	12,76%	9,47%	12,73%	9,47%
LTN	12,68%	7,98%	12,92%	8,83%
NTN-B	6,75%	2,60%	7,35%	2,64%
Debênture	CDI + 1,95%	CDI + 0,92%	CDI + 1,95%	CDI + 0,44%
Debênture	111,50% CDI	105,50% CDI	110,80% CDI	105,60% CDI
Letra financeira	IPCA + 6,16%	IPCA + 5,39%	IPCA + 6,16%	IPCA + 5,39%
CDB	119,00% CDI	104,50% CDI	113,30% CDI	104,50% CDI
Nota promissória	106,50% CDI	106,50% CDI	106,50% CDI	106,50% CDI
DPGE	105,00% CDI	105,00% CDI	-	-
	110,50% CDI	110,00% CDI	115,00% CDI	112,00% CDI

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía contratos futuros de DI. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso, de taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2013, além dos contratos futuros de DI a Companhia também possuía contratos de opção de café, soja, dólar e milho, visando minimizar a exposição às variações dos preços destas commodities associados às emissões de prêmio dos produtos do ramo do agronegócio. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

	2014			2013		
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar	Vencimento	
Derivativos						
DI FUT (NTN-F)	1.675	167.500	167.354	-	0 a 30 dias	
DI FUT (LTN)	3.565	356.500	281.576	(289)	Acima de 360 dias	
DI FUT (NTN-F)	935	93.500	73.390	(107)	Acima de 360 dias	
Total	6.175	617.500	522.320	(396)		

	2014			2013		
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar	Vencimento	
Derivativos						
Opções de dólar	10	1.100	1.100	-	de 31 a 180 dias	
Opções de milho	74	733	733	-	de 31 a 180 dias	
Opções de soja	105	121	52	-	de 31 a 180 dias	
Opções de café	1	33	14	-	de 181 a 360 dias	
DI FUT (LTN)	300	30.000	27.414	(3)	de 181 a 360 dias	
DI FUT (LTN)	3.640	364.000	277.516	(341)	Acima de 360 dias	
DI FUT (NTN-F)	1.120	112.000	92.953	(24)	Acima de 360 dias	
Total	5.250	507.987	399.778	(368)		

8. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento

	2014			2013		
	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre crédito	Prêmios a receber líquido
Ramos Agrupados						
Vida em grupo	297.017	(56.920)	240.097	264.235	(13.390)	250.845
Prestamista	1.814.067	(17.200)	1.796.867	1.170.991	(9.456)	1.161.535
Seguro agrícola com cobertura do FESR	64.585	(4.127)	60.458	175.460	(99)	175.361
Seguro de vida do Produtor rural	55.971	(5.080)	50.891	53.449	(1.546)	51.903
Demais ramos	196.780	(9.886)	186.894	146.226	(905)	145.321
Total	2.428.420	(93.213)	2.335.207	1.810.361	(25.396)	1.784.965

A Companhia não possui nenhum prêmio de seguro a receber individualmente significativo.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2014		2013	
	Saldo Inicial 1º de janeiro	Saldo final em 31 de dezembro	Saldo Inicial 1º de janeiro	Saldo final em 31 de dezembro
(+) Prêmios emitidos			1.784.965	842.061
(+) IOF			8.316.527	6.745.383
(+) Adicional de fracionamento			2.675	2.708
(-) Prêmios cancelados			219	284
(-) Reembolsos			(1.203.817)	(978.100)
Constituição/reversão de provisão para perda			(6.497.545)	(4.814.546)
			(67.817)	(12.825)
Saldo final em 31 de dezembro			2.335.207	1.784.965

18. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2014						2013							
	Provisões técnicas - Seguros ganhos (PPNG + PRVNE)	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de sinistros ganhos (PPNG + PRVNE)	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Outras provisões (**)	Total
Provisões técnicas - Seguros														
Saldo no início do período	3.370.427	9.164	826.608	-	257.270	23.289	3.370.427	9.164	826.608	-	257.270	23.289	301.958	31.404
Constituições	(2.231.342)	-	-	-	45.386	5.625	-	-	-	-	-	-	57.165	17.891
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	-	-	2.087.631	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de sinistros/benefícios	-	-	-	(1.321.808)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	-	(461.593)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	-	-	10.053	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	(8.701)	-	(57.748)	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.404)
Saldo no final do período	4.548.465	463	1.140.891	(57.748)	302.656	28.914	4.548.465	463	1.140.891	(57.748)	302.656	28.914	359.123	17.891
														6.357.019
														2013
Provisões técnicas - Seguros														
Saldo no início do período	1.916.089	6.474	649.564	-	254.789	1.083	1.916.089	6.474	649.564	-	254.789	1.083	301.958	26.410
Constituições	2.306.838	2.690	-	-	2.481	22.206	-	-	-	-	-	-	74.313	301.958
Diferimento pelo risco decorrido	(852.500)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.994
Aviso de sinistros	-	-	1.125.942	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de sinistros/benefícios	-	-	(764.377)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	(188.841)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	-	4.320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(254.399)
Saldo no final do período	3.370.427	9.164	826.608	(57.748)	257.270	23.289	3.370.427	9.164	826.608	(57.748)	257.270	23.289	301.958	31.404
														4.894.433
														2014
Provisões técnicas - Resseguros														
Saldo no início do período	252.339	7.245	57.655	-	11.076	1.603	252.339	7.245	57.655	-	11.076	1.603	301.958	11.211
Constituições	196.881	-	-	-	3.477	548	-	-	-	-	-	-	-	13.321
Diferimento pelo risco decorrido	(251.664)	-	-	-	-	-								

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ nº 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de Reais)

21. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda

	2014			2013		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Provável	1.575	57.928	140.046	1.374	51.134	116.740
Possível	3.892	206.736	189.922	3.315	173.983	163.444
Remota	593	2.111	–	563	2.337	–
	6.060	266.775	329.968	5.252	227.454	280.184

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações por ano de citação

Ano de abertura	2014		2013	
	Quantidade	PSL Judicial	Quantidade	PSL Judicial
De 1997 a 2000	109	19.470	111	18.882
De 2001 a 2005	884	98.175	945	94.633
De 2006 a 2010	1.580	100.317	1.734	96.057
De 2011 a 2014	3.487	112.006	2.462	70.612
Total	6.060	329.968	5.252	280.184

Prazo médio para o pagamento dos sinistros judiciais é de 1.871 dias.

c) Movimentação da provisão de sinistros judicial

	2014		2013	
	Seguros	Resseguro	Seguros	Resseguro
Saldo do início do período	296.195	16.011	294.407	15.791
Total pago no período	(27.266)	–	(46.308)	–
Total provisionado até o fechamento do período anterior para as ações pagas no período	19.598	1.003	37.359	1.578
Quantidade de ações pagas no período	430	–	650	–
Novas constituições no período	65.170	3.325	55.926	1.872
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	1.763	119	678	42
Novas constituições referentes a citações do período	37.656	2.163	19.126	946
Novas constituições referentes a citações de períodos anteriores	27.514	1.162	36.800	926
Baixa da provisão por êxito	(3.048)	(10)	(6.945)	(779)
Alteração da provisão por estimativas ou probabilidades	(12.331)	(1.126)	(11.955)	(1.572)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	31.933	2.485	11.070	699
Saldo final do período	350.653	20.685	296.195	16.011

22. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

Natureza	Provisões judiciais		Depósitos judiciais	
	2014	2013	2014	2013
Fiscal	529.251	502.809	564.165	535.234
COFINS	495.984	470.399	530.525	502.679
PIS	13.746	13.525	13.832	13.391
CSLL	12.609	12.216	12.809	12.408
IRPJ	6.912	6.669	6.910	6.667
Outros	–	–	89	89
Trabalhista	1.585	638	30	25
Cível	54.489	45.683	7.445	5.617
Total	585.325	549.130	571.640	540.876

“Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial” somam R\$ 128.328 (R\$ 114.602 em 2013).

COFINS - A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS e obteve decisão favorável em primeira instância que afastou a obrigatoriedade do recolhimento, a qual restou reformada em segunda instância, do que se interpsó Recursos Especial e Extraordinário, os quais aguardam julgamento. Liminar deferida em Medida Cautelar ajuizada junto ao STF garante a suspensão da exigência da COFINS com base no artigo 3º, §1º da Lei 9.718/98, até julgamento do Recurso Extraordinário interposto. Entre maio de 1999 a maio de 2009 a Companhia calculou a COFINS sobre as receitas de prêmios, mais as receitas financeiras e as não operacionais e efetuou depósitos judiciais apenas sobre as receitas de prêmios, suspendendo o pagamento da parcela incidente sobre as demais receitas, amparada por decisão judicial. Todos os valores estão provisionados e, assim como os depósitos judiciais, estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2014 representa R\$495.984, com os respectivos depósitos judiciais de R\$ 530.525. A partir de junho de 2009, com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Companhia deixou de provisionar a COFINS sobre as demais receitas, passando a considerar apenas as receitas de prêmios na base de cálculo do tributo, deixou também de efetuar depósitos judiciais e passou a recolher a COFINS incidente sobre prêmios de seguros. Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAT nº 2.773/2007, a Companhia reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT nº 2.773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como “possível”, sendo que, o montante da COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2014 representa R\$ 175.939 (R\$ 145.862 em 2013). Quanto ao mérito da incidência de tributação sobre as receitas de prêmios de seguros, a probabilidade de perda é “provável”. **PIS** - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 vigente até janeiro de 1999, possuindo decisão favorável em primeiro grau, a qual foi reformada em segunda instância, do que se interpsó Recurso Extraordinário, o qual foi parcialmente provido para se determinar que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/88. Atualmente, o processo aguarda julgamento de Agravo interposto face à decisão que deu parcial provimento ao Recurso Extraordinário. Entre dezembro de 1997 a janeiro de 1999 foram efetuados depósitos judiciais e constituídas provisões no mesmo montante, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2014 representa R\$ 13.746 e os respectivos de depósitos judiciais R\$ 13.832. A probabilidade de perda deste processo é “possível”. Quanto ao PIS instituído pela Lei nº 9.718/98, vigente a partir de fevereiro de 1999, a qual alterou a base de cálculo para todas as receitas auferidas, a Companhia discute judicialmente a inconstitucionalidade e o aumento da base de cálculo, e possui decisão parcialmente favorável de primeiro grau autorizando o não recolhimento do PIS sobre as receitas que excedem o faturamento, porém determinando a incidência do tributo sobre as receitas de prêmios de seguro. Em segunda instância foram julgados improcedentes os Recursos de Apelação. Atualmente o processo encontra-se aguardando julgamento do Recurso Extraordinário e do Agravo de Despacho Denegatório de Recurso Especial. Paralelamente, foram ajuizadas Medidas Cautelares perante o STJ e STF para atribuição do efeito suspensivo aos recursos e para que seja reconhecida a suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente às receitas financeiras. O STJ negou seguimento à Medida Cautelar nº 22.154. O STF indeferiu o pedido liminar formulada na Medida Cautelar nº 3522. Apresentado embargos de declaração. Aguardando julgamento. Entre fevereiro de 1999 a agosto de 2006, a Companhia recolheu o PIS incidente sobre o total das receitas auferidas e, entre setembro de 2006 a maio de 2009 recolheu o PIS incidente somente sobre as receitas de prêmios de seguros, onde suspendeu o pagamento sobre as demais receitas. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a partir de junho de 2009 a Companhia deixou de provisionar a parcela de PIS incidente sobre as demais receitas e permaneceu recolhendo sobre as receitas de prêmios de seguros. Em dezembro de 2010 foram revertidas as parcelas de PIS provisionadas e não recolhidas entre setembro de 2006 e maio de 2009, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN/CAT/ nº 2.773/2007. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo do PIS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGFN/CAT nº 2.773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como “possível”, sendo que, o montante da COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2014 representa R\$ 12.809. **PIS e COFINS** - Com a entrada em vigor das alterações dispostas na Lei 12.973/2014, a partir de 1º de janeiro de 2015, a Administração da Companhia, amparada por seus consultores jurídicos, entende que referida lei não alterou a base de cálculo do PIS e da COFINS, concluindo-se que os prêmios de seguros são as únicas receitas que compõem o faturamento de uma seguradora. A fim de garantir a manutenção da base de cálculo do PIS e da COFINS, sob o entendimento de que as receitas financeiras não a compõem, a Companhia ingressou com ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária em agosto de 2014. **CSLL** - A Companhia discute a majoração da alíquota da CSLL de 8% para 18% nos termos das Leis nº 9.249/95 e nº 9.316/96 e de 8% para 30% na forma da Emenda Complementar nº 10/96. A discussão se encontra em dois processos judiciais, sendo que em uma ação se discute as majorações das alíquotas, e em outra o direito ao cálculo da CSLL com base na alíquota prevista na Lei 9.249/95, afastando a EC 10/96. O resultado da primeira ação transitou em julgado em outubro de 2013, no sentido de parcial provimento à apelação da Companhia apenas para declarar o direito à compensação dos valores indevidamente pagos a título de CSLL sob alíquota superior a 18%, no período compreendido entre 01 de janeiro de 1996 e 07 de junho de 1996. Quanto aos demais aspectos a ação foi julgada improcedente, de forma que os valores depositados na ação serão convertidos em renda em favor da União. Autos a serem arquivados. A segunda ação obteve resultado favorável em segunda instância, a qual foi reformada em sede de Recurso Extraordinário interposto pela União Federal, o qual foi provido em agosto de 2010, do que foi interposto Agravo Regimental, o qual foi provido para reconhecer violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade, remetendo os autos ao TRF para julgamento das questões remanescentes, onde se encontra aguardando julgamento, se encontrando sobrestado até pronunciamento definitivo do TRF no RE 578.846. Os valores envolvidos, com encargos moratórios encontram-se depositados judicialmente e provisionados. O saldo de provisões em 31 de dezembro de 2014 representa R\$ 12.609 e os respectivos depósitos judiciais R\$ 12.809. Os advogados externos classificam a probabilidade de perda desse processo como “provável”. **IRPJ** - A Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) para a formação da base de cálculo do imposto sobre a renda pessoa jurídica (IRPJ). O processo foi julgado de forma desfavorável em segunda instância, do que se interpsó Recursos Especial e Extraordinário. Negado seguimento ao Recurso Especial, aguarda julgamento do Recurso Extraordinário, o qual se encontra sobrestado em razão de julgamento de RE representativo de repercussão geral sobre a matéria. A Companhia efetuou depósito judicial e constituiu provisão de mesmo montante para os períodos-base de 1997 a 2000. O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2014 representa R\$ 6.911 e os respectivos depósitos judiciais R\$ 6.910. Nos períodos-base subsequentes a Companhia passou a efetuar o recolhimento do IRPJ sem considerar esta dedução. Os advogados externos classificam a probabilidade de perda desse processo como “provável”. **Processos administrativos: IRPJ** - Em 2003 a Companhia efetuou recolhimento de IRPJ de competência 2001 sem a incidência de multa fundamentada no instituto de denúncia espontânea. Face a discordância da Receita Federal em relação à incidência da multa neste pagamento, a Companhia ingressou com ação declaratória garantida por depósito judicial a qual restou procedente em primeira instância, atualmente aguarda julgamento de recurso de apelação interposto pela parte contrária. O valor do depósito atualizado pela SELIC até dezembro de 2014 é de R\$ 176 (R\$ 172 em 2013). Os advogados externos classificam a probabilidade de perda como “possível”, e portanto, os valores não estão provisionados. **IRPJ e CSLL** - Em 2010 a Companhia efetuou pagamento de juros sobre o capital próprio aos seus acionistas relativos a períodos anteriores, os quais não haviam sido pagos nos próprios períodos. Em revisão dos cálculos por parte das autoridades fiscais em 2013, foram apuradas diferenças nos limites de dedutibilidade no montante de R\$ 44.510, atualizado pela SELIC até dezembro de 2014 (R\$ 40.465 em 2013). O auto de infração está sendo defendido administrativamente, o qual aguarda decisão da segunda instância, face à decisão desfavorável na primeira. Os advogados externos classificam a probabilidade de perda como “possível”, e portanto, os valores não estão provisionados. **CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS** - PLR - Discute divergência de recolhimento de Contribuições Sociais decorrentes de remunerações pagas a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR no período de 2000 a 2006, em dois processos administrativos que aguardam decisão final na esfera administrativa. O valor atualizado até dezembro de 2014 é de R\$ 8.356 (R\$ 8.011 até dezembro de 2013). Os advogados externos classificam a probabilidade de perda como “provável” na esfera administrativa, e “possível” se levada à discussão à esfera judicial, e portanto, os valores não estão provisionados. **Trabalhistas:** A Companhia responde a processos de natureza trabalhista (principalmente horas extras) que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia. **Cível:** Referem-se a reclamações movidas por funcionários de empresas terceirizadas pleiteando direitos que adviriam de suposto vínculo empregatício e a reclamações de natureza civil oriundas da negativa de pagamento ou discordâncias em relação ao valor de indenizações de sinistro.

b) Movimentação

	2014				2013			
	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total
Saldo inicial	502.809	638	45.683	549.130	479.931	637	41.412	521.980
Constituições	–	1.001	20.609	21.610	–	(3)	27.468	27.465
Atualização monetária	26.442	182	6.944	33.568	22.878	12	2.744	25.634
Baixas	–	(236)	(18.747)	(18.983)	–	(8)	(25.941)	(25.949)
Saldo final	529.251	1.585	54.489	585.325	502.809	638	45.683	549.130

c) Composição por probabilidade de perda

I - Fiscais	2014			2013		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
Provável	5	529.251	529.251	5	502.809	502.809
II - Trabalhistas						
Provável	25	2.282	1.585	6	226	638
Possível	7	3.048	–	3	68	–
III - Cível						
Provável	1.303	20.284	53.692	989	18.355	45.100
Possível	4.946	379.054	797	3.880	361.677	583
Remota	475	1.909	–	364	1.990	–
Total	6.761	935.828	585.325	5.247	885.125	549.130

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 380.482 (R\$ 380.482 em 2013) e está representado por 640.619 ações nominativas sem valor nominal (640.619 ações em 2013), sendo 322.619 ordinárias e 318.000 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. **c) Reserva de Capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2012, os acionistas aprovaram a criação da Reserva Especial de Ágio no montante de R\$ 145.362, constituída pelo ágio absorvido da Aliança Participações, acrescido do crédito tributário constituído sobre a referida parcela do ágio amortizado e deduzido da provisão para manutenção do patrimônio líquido (PMPL), constituída nos termos dos itens 44 e 46 da Interpretação Técnica nº 09, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **d) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. Em função do valor constituído já alcançar o limite de 20% do capital social, não houve constituição nos exercícios de 2014 e 2013. **e) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **f) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários. **g) Distribuição do resultado**

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	1.281.760	852.148
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	323.494	213.037
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	656.206	646.663
Total de dividendos distribuídos e pagos	979.700	559.700
Distribuição dos dividendos:		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	493.382	281.868
Dividendos distribuídos para as ações preferenciais	486.318	277.832
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	322.619	322.619
Ações preferenciais	318.000	318.000
Dividendos distribuídos por ação		
Ações ordinárias	1,52930	0,87369
Ações preferenciais	1,52930	0,87369

24. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Custo de aquisição %	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Vida em grupo	1.498.717	1.225.297	31,46%	39,30%	34,35%	33,85%
Prestamista	1.290.332	784.492	28,59%	23,65%	26,31%	29,83%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	697.854	389.204	59,87%	17,06%	8,20%	8,14%
Penhor rural instituições financeiras privadas	531.395	389.280	19,89%	22,36%	9,97%	9,93%
Acidentes pessoais - coletivo	487.552	400.852	14,04%	11,93%	32,80%	32,61%
Demais ramos	434.245	293.321	44,48%	38,24%	8,45%	7,56%
Seguro de vida do produtor rural	403.057	279.392	11,21%	16,25%	29,25%	29,09%
Doenças graves ou doença terminal	178.461	147.962	20,48%	13,73%	36,32%	35,52%
	5.521.613	3.909.800	30,92%	26,76%	24,34%	25,72%

b) Prêmios emitidos

Prêmios diretos
Prêmios de cossegueros aceitos
Repasse DPVAT
Recuperação de custos iniciais de contratação

c) Sinistros ocorridos

Sinistros
Salvados
Ressarcimentos
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados
Serviço de Assistência

d) Custo de aquisição

Comissões
Comissões de estipulantes
Remuneração de agências
Despesas com inspeção de riscos
Despesas com apólices e/ou contratos
Variação das despesas de comercialização diferidas

e) Outras receitas e despesas operacionais

Contribuição ao FESR
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) - Prêmios a receber e cosseguro aceito
Contingências cíveis
Despesas com cobrança
Endomarketing
Lucros atribuídos
Sinistros a recuperar - PCLD
Apólices e contratos
Outras

f) Resultado com resseguro

Receita com resseguro
Recuperação de indenização - direto
Variação provisão - IBNR
Recuperação de indenização - PDR IBNR
Despesas com resseguro
Prêmios de resseguro - direto
Prêmio de resseguro cancelados
Prêmio de resseguro restituídos
Variação das provisões de resseguro
Salvados e ressarcimentos

g) Despesas administrativas

Pessoal próprio
Serviços de terceiros
Localização e funcionamento
Publicidade e propaganda
Donativos e contribuições
Outras despesas administrativas

h) Despesas com tributos

COFINS
PIS
Taxa de fiscalização
Outras despesas com tributos

i) Resultado financeiro

Receitas Financeiras

Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda
Atualização de depósitos judiciais
Rendimento equivalente de caixa
Operações de seguros
Outras receitas financeiras
Despesas Financeiras
Operações de seguros
Taxa de administração
Atualização monetária sobre provisões judiciais fiscais
Outras despesas financeiras
Juros sobre tributos - REFIS

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

Lucro antes dos impostos e após participações	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
	1.930.343	1.930.343	1.220.038	1.220.038
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	(482.562)	(289.552)	(304.986)	(183.006)
Diferenças temporárias	6.221	(13.732)	23.899	(3.104)
Diferenças permanentes	(4.505)	2.421	4.085	2.557
Seguros rurais	125.169	–	84.076	–
Deduções incentivadas	15.184	–	8.529	–
Imposto de renda e contribuição social correntes				

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e aos Acionistas da Companhia de Seguros Aliança do Brasil

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança do Brasil ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2014, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinão

Nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48

Joel Garcia
Atuário - MIBA 1131

Anexo I

Demonstrativos do Parecer dos Atuários Independentes em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas auditadas	6.193.832
Provisões técnicas relativas ao seguro DPVAT - Não auditadas (*)	163.187
Total de provisões técnicas	6.357.019
(*) Conforme Resolução CNSP 311/2014, § 1º a contratação da auditoria atuarial independente é de exclusiva responsabilidade da Companhia administradora dos consórcios.	
2. Ativos de resseguro	
Total de ativos de resseguro	350.150
3. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas	
Provisões Técnicas (a)	6.193.832
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG (b)	668.489
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores (c)	270.770
Depósitos Judiciais Redutores (d)	-
Direitos Creditórios (e)	1.837.663
Total a ser coberto (a - b - c - d - e)	3.416.910
4. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital-Base (a)	15.000
Capital de Risco (b)	1.245.907
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	1.245.907
5. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.493.672
Exigência de Capital (CMR) (b)	1.245.907
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (a - b)	247.765
Índice de Liqueidez em relação ao Capital Mínimo Requerido (*)	70,74%

(*) O índice de liquidez em relação ao CMR requerido pela Resolução CNSP nº 302/2013 é de 20%.

6. Demonstrativo dos limites de retenção por ramos

1601	24
0656, 0621, 0622, 0628, 0632, 0638, 0652, 0531, 0655, 0525, 0658, 0743, 0746, 0748, 0775, 0776, 0112, 0654, 0234, 0114, 0115, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0553, 0196, 0969, 0274, 0310, 0313, 0351, 0378, 0520, 0524, 0173, 1103, 1336, 1377, 1164, 1380, 0936, 1108, 1106, 1369, 1104, 1109, 0990, 0980, 1417, 1428, 1433, 1597, 1528, 1390, 1535 e 1105	800
1381	950
1329 e 1384	1.100
0929	2.400
1107 e 1101	2.500
1198, 1163, 0977, 1130, 1068, 1065, 1061, 0984, 0982 e 1162	3.000
1102 e 0993	3.200

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e aos Acionistas da

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme demonstrado na Nota Explicativa 18, a Provisão Complementar de Prêmios - PCP, registrada até 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 12.116 mil, líquido de impostos, foi revertida em contrapartida ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme determinado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP por meio da Circular SUSEP nº 462/13. O registro dessa provisão, embora anteriormente requerido pela SUSEP, não representava um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Companhia decorrente de contratos de seguros em vigor, portanto tanto a constituição quanto a reversão dessa provisão, estavam em desacordo com a prática contábil definida no CPC 11 - Contratos de seguros. Como consequência, o resultado e o resultado abrangente referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 estão apresentados a maior, em R\$ 12.116 mil, líquido dos efeitos dos impostos.

Opinão com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 20 de fevereiro de 2014, que conteve ressalva em relação à constituição da Provisão Complementar de Prêmios (PCP) resultando numa subavaliação do patrimônio líquido no montante de R\$ 12.116 mil, líquido dos efeitos de impostos, em 31 de dezembro de 2013 e uma subavaliação do resultado e do resultado abrangente no montante de R\$ 2.207 mil, líquido dos efeitos de impostos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

DIRETORIA

Roberto Barroso
Diretor Presidente
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Diretor Vice-Presidente

André Renato Viard Fortino
Benedito Luiz Alves Dias
Bento Aparício Zanzini
Carlos Alberto Landim

Cynthia Betti Rodrigues Qualharelo
Gilberto Lourenço da Aparecida
Luiz Gustavo Braz Lage

Maurício Galian
Raphael de Luca Júnior
Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Piretti Gonçalves - CRC 1SP183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA 1031